

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Em números absolutos,

Brasil é líder em homicídios

Segundo dados do Observatório de Homicídios, número de assassinatos no País é cinco vezes maior do que o índice mundial

Em 2012, mais de 56 mil pessoas foram assassinadas no País, média de 29 a cada 100 mil habitantes

Danielle Villela
Agência Estado

Rio – O Brasil é líder mundial em números absolutos de homicídios e ocupa o 11º lugar no ranking de assassinatos a cada 100 mil habitantes. Com 56.337 homicídios em 2012 – 29 a cada 100 mil habitantes –, o País apresenta número quase cinco vezes maior do que o índice mundial, de 6,2. O levantamento é do Observatório de Homicídios, plataforma de visualização de dados online lançada ontem pelo Instituto Igarapé, organização sem fins lucrativos com sede no Rio.

O site reúne informações de 219 países e territórios entre 2000 e 2012. Honduras (85,5), Venezuela (53,7), Ilhas Virgens Americanas (52,6), Belize (44,7) e Jamaica (40,6) lideram o ranking global com os maiores índices de homicídios a cada 100 mil habitantes. Em números absolutos de assassinatos, atrás do Brasil aparecem Índia (43.355), Nigéria (33.817), México (25.967) e República Democrática do Congo (18.586).

Para 39 países da América Latina e do Caribe, a ferra-

menta exibe dados discriminados por Estados e cidades com mais de 250 mil habitantes. Entre as 50 cidades com maiores índices de homicídios na região, 22 estão no Brasil, incluindo capitais como Maceió, Fortaleza, João Pessoa e Salvador. “Temos cidades que alcançaram níveis estapafúrdios, com taxas de homicídios superiores às registradas em zonas de conflito. É sinal de que há algo errado”, disse Renata Giannini, coordenadora do projeto.

No Brasil, a cidade que lidera o ranking é Ananindeua, a 19 quilômetros de Belém (PA), com 125,6 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Em segundo lugar aparece Maceió (89,9), seguida por Serra (ES), com 89,4, Camaçari (BA), com 81,8, e Fortaleza, com 76,8. O Rio ficou na 71ª posição. São Paulo, na 88ª. Alagoas é o Estado com maior índice de homicídios: 64 a cada 100 mil habitantes, enquanto Santa Catarina tem o menor, 12,8.

Embora tenha apenas 8% da população mundial, América Latina e Caribe concentram 33% do número de homicídios globais. Para cada cinco pessoas assassinadas

no mundo, uma era brasileira, colombiana, mexicana ou venezuelana. “Há curva ascendente nos homicídios na América Latina, enquanto no resto do mundo os números vêm caindo. De fato passamos por uma epidemia de violência global”, afirmou Renata. Os números não consideram mortes relacionadas com operações militares, conflitos armados e guerras, seguindo critério do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC).

VÍTIMAS

Para os países com dados disponíveis, o Observatório de Homicídios informa estatísticas sobre gênero e idade das vítimas, além da arma usada no crime. No Brasil, cerca de 92% das vítimas eram homens e 54% tinham entre 15 e 29 anos, sendo o homicídio a principal causa de mortes nesta faixa etária. Em todo o mundo, houve 437 mil homicídios em 2012, sendo os homens 78,7% das vítimas. Fundado em 2008, o Instituto Igarapé atua nas áreas de segurança, política sobre drogas e cooperação internacional. A principal fonte de dados do Observatório de Homicídios foi o UNODC, além dos governos e organizações não governamentais locais.

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

PEC da Bengala

A aprovação da proposta de emenda constitucional conhecida como PEC da Bengala adia a aposentadoria de 20 ministros durante o período do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Isso porque, além das cinco indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a presidente perde a chance de fazer, Dilma também deixará de nomear três ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), três para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e seis para o Superior Tribunal Militar (STM). Entram ainda na conta, três ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) que iriam se aposentar até o final de 2018, mas permanecerão na Corte de Contas. No caso das indicações do TCU, no entanto, os nomes deveriam ser indicados pelo Congresso Nacional.

Beneficiados

O primeiro ministro do STF beneficiado pela mudança na data de aposentadoria é o decano da Corte, Celso de Mello, que completa 70 anos em novembro. Entram na lista de ministros do Supremo que teriam de deixar a Corte no governo Dilma mas poderão continuar na cadeira a partir de agora: Marco Aurélio Mello (que completa 70 anos em 2016), Ricardo Lewandowski (2018), Teori Zavascki (2018) e Rosa Weber (2018).

Mais beneficiados

No STJ, o ministro Napoleão Nunes seria alcançado pela compulsória em dezembro deste ano e os ministros Félix Fischer e Laurita Vaz teriam de sair em 2017 e 2018, respectivamente. O TST tem três ministros beneficiados pela PEC da Bengala: Renato de Lacerda Paiva (2017), Emannel Pereira (2017) e Fernando Ono (2018). No STM, são seis integrantes nesta situação: William de Oliveira Barros (2015), Alvaro Luiz Pinto (2015), Marcus Vinicius Oliveira dos Santos (2017), Fernando Sérgio Galvão (2017), Luis Carlos Gomes Mattos (2017) e Cleonilson Nicácio Silva (2018). No TCU, a ministra Ana Arraes se aposentaria em 2017 e os ministros Raimundo Carreiro e José Múcio, em 2018.

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

REGINALDO MELHADO

Da tragédia ao pastelão: o ataque aos professores

A tarde do último dia 29 de abril foi nos apresentada como simples acidente de percurso pelas mais altas autoridades do Estado. Não o foi. Milhares de pessoas foram atacadas por um colossal aparato militar com granadas de efeito (i) moral, bombas de gás lacrimogênio, disparos de balas de borracha – que, aliás, poderiam matar – e cassetetes de verdade, numa operação hollywoodiana que incluiu atiradores de elite, helicópteros, policiais à paisana e todo um arsenal de crueldades insanas.

Impedir protestos públicos é violação ao Estado Democrático de Direito. Desconsiderar o princípio da publicidade no momento mais seminal da democracia, a votação de um projeto de lei, é acinte à cidadania. A obliteração do exercício regular do direito de greve viola a Constituição. Essas nojosas repugnâncias, porém, foram ainda mais graves por duas razões.

A primeira delas foi a identidade das vítimas. Não eram apenas pessoas impedidas de ir e vir nem simples nem cidadãos querendo ver uma votação. Tampouco trabalhadores apenas brigando por salários. Era sua professora, prezada leitora. Era o professor que partilhará com seus filhos a responsabilidade pela formação dos seus netos, estimado leitor. A professora que alfabetizou você. Educadores defendendo a educação.

O outro motivo sórdido foi a farsa que se seguiu à tragédia. Tal como as armas de destruição em massa do Iraque, ou como a acusação ao ETA pela explosão de Atocha, ou ainda como ridícula versão do atentado comunista no Riocentro, figuras pusilânimes puseram-se a justificar a violência falando em “infiltrados”. Como o discurso parecia não quadrar com o sangue dos feridos na tela da TV, o secretário de Segurança convocou a mídia e exibiu vídeo

mostrando grupos de vândalos atuando com alegada violência.

Curioso notar que esses supostos infiltrados foram filmados pela KGB araucariácea e, portanto, deveriam ter sido detidos facilmente. Que fizeram os policiais? Prenderam estudantes inocentes.

O vídeo montado traz pessoas usando máscaras cirúrgicas, lenços e camisetas para respirar em meio à fumaça do bombardeio. Foram mostradas como “black blocs” pelo governo (imaginando que nós, além de idiotas, fôssemos todos daltônicos). Mas os supostos artefatos explosivos nunca explodiram nem mesmo na contrafação cenográfica do vídeo.

Nele o grupo que prepara as “bombas” são na realidade estudantes de Química e uma professora de Enfermagem da UEL. Eles tentavam (com bicarbonato de sódio, antiácido, compressas e quejandos) improvisar algum lenitivo para a irritação da pele e a dor dos feridos. Não houve corpo de delito: nem um mísero Coquetel Molotov foi apreendido.

A montagem-pastelão exibida pelos serviços de (des) inteligência não traz sequer uma mísera explosão causada pelos “infiltrados”. Nem um incêndio. Nem uma chama sequer. Só as bombas dos militares, pagas com o seu dinheiro de impostos, explodiam contra professores

Governantes alguma vez elegem-se mentindo. Às vezes, até governam sob a mentira e enganam a todos por algum tempo. Mas, como disse um republicano famoso do século 19, não podem enganar toda a gente o tempo todo. Tal como as balas de borracha, as mentiras podem matar.

REGINALDO MELHADO é doutor em Filosofia Jurídica, Moral e Política e professor da Universidade Estadual de Londrina

66

*Tal como as
balas de
borracha,
a mentira
pode matar*

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Crise entre PM e Sesp pressiona Beto Richa

Carta de repúdio endossada
por 15 coronéis contra
declarações de Francischini
deixa governador em situação
delicada: demite secretário
ou desagrada militares

REPERCUSSÃO

Para o líder do governo na Assembleia Legislativa (AL), Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), está criado um impasse complexo. "O secretário declarou que não comandou a operação, os coronéis estão afirmando o contrário. É uma situação inusitada e, de fato, o governador vai ter que tomar decisões em relação a esta questão. Acho que a gente tem que superar esta fase porque temos outros desafios no Estado", disse. Romanelli completou dizendo que o Ministério Público, que já está apurando as responsabilidades que levaram ao confronto que completou uma semana ontem, "é a melhor instituição para fazer uma apuração de uma forma isenta".

Já Requião Filho (PMDB) disse que estão tentando colocar a culpa de toda a ação desastrosa somente na Polícia Militar. Ele também informou que além do comando da PM, a Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Paraná (Assofepar) também se manifestou contra as declarações do secretário de Segurança. "Na eles usam um termo interessante: que se a parede da casa está torta, a culpa é do engenheiro e do mestre de obras muito mais do que as ferramentas. A polícia foi apenas uma ferramenta usada de forma política pelo atual governo", criticou.

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Dois dias após o secretário de Segurança Pública do Paraná (Sesp), Fernando Francischini, negar publicamente que tenha sido o responsável pela operação no Centro Cívico que deixou mais de 200 feridos, no último dia 29 de abril, o Comando da Polícia Militar do Paraná (PMPR) divulgou carta de repúdio às declarações do secretário (leia texto nesta página), aumentando ainda mais a pressão sobre o governo Beto Richa (PSDB).

Após diversos boatos sobre trocas no primeiro escalão do Executivo nos últimos dias, a saída do coronel César Vinicius Kogut, comandante-geral da corporação era dada como certa. Entretanto, a manifestação, endossada por outros 15 coronéis da PM, colocou o governador em uma situação delicada: mantém o secretário de Segurança mesmo com uma imagem desgastada frente à corporação ou muda o comando da Pasta, atendendo a pedidos de alguns de seus aliados?

Francischini se reuniu ontem pela manhã com o governador para discutir a repercussão do confronto e tentar se manter o cargo. Ao final do encontro, o panorama para ele era otimista, mas após a divulgação da carta da PM, no início da tarde, a situação mudou. O governo do Estado não se manifestou oficialmente se vai ocorrer ou não alguma troca na Segurança.

'MAL INTERPRETADO'

A Sesp enviou à imprensa em que Francischini afirmou que foi "mal interpretado" durante a entrevista. "Pela representatividade das manifestações de apoio que recebi das principais entidades que representam os profissionais de segurança pública do nosso Estado e do País, vejo que estamos no caminho certo no combate à criminalidade. Contudo, espero que os coronéis compreendam que fui mal interpretado em alguns pontos de uma entrevista. Por isso, reafirmo meu total apoio a todas as operações da Polícia Militar, compartilhando todas as responsabilidades inerentes à Secretaria."

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA



07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Motim

A carta de repúdio que oficiais militares encaminharam a Beto Richa contra o secretário de Segurança, Fernando Francischini, esgarça de forma contundente o tecido institucional nunca tão próximo da anomia como agora. Mostra, antes de tudo, a dificuldade de comunicação interna de um governo em que transferir culpa virou moda e a qual aderiu o próprio governador quando tentou até colocar o Judiciário como a causa, tal qual fizera o Traiano.

Uma carta dessas tem em tudo, em linguagem de milico, um traço conspiratório de amotinamento, prova cabal da falta de liderança e comando do governador. Seria impensável imaginar um Munhoz da Rocha, um Ney Braga, um Jaime Canet, mesmo um adoentado Parigot de Souza ou até seu pai, o conciliador José Richa, numa situação dessas. Se esperarmos que o governador faça uma acareação entre as partes e ponha fim ao conflito interno, ficaremos como na peça do teatro do absurdo no aguardo do Godot.

Pepino

Antes de o Ministério da Previdência opinar sobre a "pedalada" fiscal na Parana Previdência, já temos sinais desagregadores: uma liminar do Tribunal de Justiça beneficiou um grupo de desembargadores aposentados contra a cobrança da taxa de contribuição de 11%. Categorias organizadas vão pleitear, depois de examinado o mérito da questão, a extensão do privilégio.

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Empresário livre

O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, determinou ontem que o empreiteiro Dario de Queiroz Galvão Filho, da Galvão Engenharia, seja transferido para prisão domiciliar, mas monitorado com tornozeleira eletrônica. A decisão de Moro de mandar o empresário para casa acolhe ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) - o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato na Corte, deferiu habeas corpus da defesa do empresário e revogou o decreto de prisão preventiva que pesava contra ele. Na semana passada, os ministros da Segunda Turma do STF decidiram reverter prisão preventiva em medidas cautelares a Ricardo Pessoa, dono da UTC, e a outros oito executivos.

Youssef quer prisão domiciliar

Peça central da Operação Lava Jato, o doleiro londrinense Alberto Youssef vai pedir prisão domiciliar - a exemplo dos empreiteiros que teriam formado cartel para assumir o controle de contratos bilionários na Petrobras. A informação é do criminalista Antonio Figueiredo Basto, que defende o doleiro. Em setembro de 2014 ele fez delação premiada em acordo com a força tarefa da Lava Jato. Revelou nomes de deputados e senadores que teriam recebido propinas do esquema de corrupção na estatal petrolífera. O pacto prevê que o doleiro, ainda que condenado em todas ações penais da Lava Jato, só permanecerá na prisão entre 3 anos e 5 anos, no máximo. Ele já está preso desde 17 de março de 2014, quando foi deflagrada a Lava Jato.

Clube das empreiteiras

Empreiteiras investigadas pelos desvios na Petrobras doaram R\$ 79 milhões ao PT e ao PSDB nas eleições do ano passado, segundo levantamento da Agência Estado com base nas prestações de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados, disponíveis para consulta no site do órgão, mostram que quase um terço das doações ao Partido dos Trabalhadores partiram de construtoras sob suspeita na Operação Lava Jato. Já no caso da contabilidade tucana, o percentual sobe para 42%.

07 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz condena Youssef por lavagem de R\$ 1,16 mi

Agência Estado

Curitiba - O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, condenou o doleiro Alberto Youssef a cinco anos de prisão pela lavagem de R\$ 1,16 milhão do esquema do mensalão. Na nova sentença contra o doleiro, já condenado em outra ação da Lava Jato, o magistrado determinou ainda o confisco de R\$ 1,16 milhão que Youssef aceitou devolver aos cofres públicos em seu acordo de delação. Também foram condenados

por terem atuado junto com Youssef na lavagem do dinheiro o doleiro Carlos Habib Chater (quatro anos e nove meses de prisão), dono do Posto da Torre, em Brasília, onde possui uma lavanderia que inspirou o nome da operação Lava Jato; o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, que atuava como procurador de Youssef e decidiu confessar seus crimes à Justiça (pena reduzida à prestação de serviços comunitários); e Ediel Viana da Silva (prestação de serviços comunitários), que trabalhava no Posto da Torre.

Defesa de Pizzolato suspende extradição

Jamil Chade,
correspondente, e
Andreza Matais
Agência Estado

Genebra e Brasília - Um tribunal de Roma suspendeu a extradição de Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil condenado por envolvimento no mensalão, e convocou para 3 de junho uma audiência para, enfim, definir o caso. Como o estado.com.br antecipou ontem a defesa de Pizzolato entrou com recurso contra a decisão do Ministério da Justiça da Itália, que havia autorizado a extradição do condenado. Horas depois, o Tribunal Administrativo de Roma - instância que permite aos cidadãos italianos ques-

tionarem decisões do governo, sem equivalentes no Estado brasileiro - concedeu liminar que suspende temporariamente o retorno de Pizzolato ao Brasil, o que estava previsto para ocorrer a partir de segunda-feira.

No recurso, pela primeira vez Pizzolato deixou de alegar inocência e passou a argumentar apenas que o ex-diretor teria direito a cumprir a pena de 12 anos e 6 meses de prisão na Itália, por ter cidadania do país.

O Ministério da Justiça brasileiro não foi informado oficialmente, mas deve tentar reverter a liminar. As autoridades brasileiras avaliam que o recurso de Pizzolato teve intuito meramente protelatório.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PEC da Bengala tira poder de Dilma

fazer 17 indicações para o Judiciário

Emenda à Constituição, aprovada na terça-feira, vai adiar a aposentadoria de 5 ministros do STF, 3 do STJ, 3 do TST e 6 do STM

BRASÍLIA

Das agências

A aprovação da proposta de emenda constitucional conhecida como PEC da Bengala, que amplia de 70 para 75 anos a idade máxima de aposentadoria de ministros de tribunais superiores, vai reduzir significativamente o poder da presidente Dilma Rousseff de fazer indicações para o Judiciário. Além de adiar a aposentadoria de 5 dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a PEC deve manter em outros tribunais mais 12 ministros que teriam de se aposentar até o fim do mandato de Dilma, em 2018.

A presidente perderá a chance de indicar três mi-

nistros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), três para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e seis para o Superior Tribunal Militar (STM).

Entram ainda na conta de ministros que serão atingidos pela PEC, três integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU). No caso das indicações ao TCU, no entanto, os nomes deveriam ser indicados pelo Congresso.

Supremo

O primeiro ministro do STF beneficiado pela mudança na data de aposentadoria é o decano da Corte, Celso de Mello, que completa 70 anos em novembro. Entram na lista de ministros do Supremo que teriam de deixar a Corte no governo Dilma mas poderão continuar na cadeira a partir de agora: Marco Aurélio Mello (que completa 70 anos em 2016), Ricardo Lewandowski (2018), Teori Zavascki (2018) e Rosa Weber (2018).

No STJ, o ministro Napoleão Nunes seria alcançado pela compulsória em dezembro deste ano e os ministros Félix Fischer e Lauri-

ta Vaz teriam de sair em 2017 e 2018, respectivamente.

O TST tem três ministros beneficiados pela PEC da Bengala: Renato de Lacerda Paiva (2017), Emannel Pereira (2017) e Fernando Ono (2018). No STM, são seis integrantes nesta situação: William de Oliveira Barros (2015), Alvaro Luiz Pinto (2015), Marcus Vinicius Oliveira dos Santos (2017), Fernando Sérgio Galvão (2017), Luis Carlos Gomes Mattos (2017) e Cleonilson Nicácio Silva (2018).

No TCU, a ministra Ana Arraes se aposentaria em 2017 e os ministros Raimundo Carreiro e José Múcio, em 2018.

Sem derrota

Embora o PT tenha tentado adiar a votação da PEC da Bengala na noite da terça-feira, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, afirmou na manhã desta quarta-feira (6) que a aprovação da proposta "não é uma derrota" para o governo. Ele disse considerar "uma bobagem" o fato de que a decisão vai tirar poder de Dilma fazer indicações para o Judiciário.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Mantido no cargo, Francischini volta a balançar após crítica da PM

Richa decidiu manter o secretário, mas cúpula da polícia externou insatisfação com sua permanência na secretaria

Rogério Waldrigues Galindo
e Amanda Audi

A decisão sobre a permanência ou não de Fernando Francischini à frente da Secretaria de Segurança Pública tomou boa parte da quarta-feira (6) do governador Beto Richa (PSDB) e de seus principais assessores. A história teve várias reviravoltas: no início da manhã, Francischini era dado como demitido; perto do almoço, após uma reunião com o governador, foi confirmado no cargo; à tarde, sua demissão voltou a ser cogitada, principalmente depois da divulgação de documentos assinados pela cúpula da Polícia Militar (PM) contra o secretário.

Na reunião com o governador, pela manhã, Francischini teria feito um apelo emocionado para permanecer no cargo. Segundo fontes próximas ao governo, ele afirmou que uma exoneração a essa altura significaria um baque muito grande para sua carreira política. Richa teria cedido aos apelos e dito a Francischini que ele permaneceria no posto.

Mas logo depois, a situação mudou. Primeiro, veio à tona uma carta escrita pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel César Kogut, direcionada ao governador. Assinada por 16 dos 19 coronéis da PM, a carta dizia repudiar as declarações de Francischini em que ele atribuiu à polícia toda a responsabilidade pelo confronto do dia 29 com professores da rede estadual. Segundo a carta, o secretário aprovou o plano de ação e "foi alertado inúmeras vezes" da possibilidade de haver feridos. Depois, uma "nota de desagravo" assinada igualmente por Kogut dizia que "todas as ações eram de conhecimento de Francischini" que, inclusive, teria dado ordens diretas ao subcomandante da tropa.

Em uma terceira manifestação da PM, a Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros do Paraná (Assofepar) afirmou que a corporação foi apenas um "instrumento" que cumpria ordens e que a ação poderia ser "interrompida a qualquer momento" pelas instâncias superiores.

Com as manifestações, voltaram a surgir os boatos de demissão, uma vez que a relação entre o secretário e a PM teria ficado "insustentável".

O secretário Francischini comentou a situação apenas à noite, em nota enviada por sua assessoria. Diz que foi "mal interpretado em alguns

pontos" na entrevista coletiva de segunda-feira (4), na primeira vez em que se manifestou depois da "batalha" do Centro Cívico, em que mais de 200 pessoas foram feridas pela polícia. "Reafirmo meu total apoio a todas as operações da Polícia Militar, compartilhando todas as responsabilidades inerentes à Secretaria", disse. O secretário, porém, não especificou quais afirmações suas teriam sido mal interpretadas.

Apoio

Mesmo com a rixa com a PM, outras entidades da segurança pública se manifestaram favoráveis à permanência de Francischini na secretaria, como o Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conesp) e sindicatos da Polícia Civil.

"Todas as ações [no Centr Cívico] foram tomadas seguindo o Plano de Operações (...), o qual foi aprovado pelo escalão superior da Sesp, tendo inclusive o senhor secretário participado de diversas fases do planejamento."

César Kogut, comandante-geral da PM

"Espero que os coronéis compreendam que fui mal interpretado em alguns pontos de uma entrevista. Por isso, reafirmo meu total apoio a todas as operações da Polícia Militar."

Fernando Francischini,
secretário da Segurança.

CONTINUA

Secretário foi “no mínimo omissivo”, diz especialista

¶ Especialista em segurança pública ouvido pela **Gazeta do Povo** afirma que o secretário Fernando Francischini foi “no mínimo omissivo” por não ter agido para conter excessos no uso de força policial contra os manifestantes no último dia 29, no Centro Cívico. No início da semana, Francischini se isentou de qualquer responsabilidade sobre as decisões da polícia naquele dia. Depois, disse que foi “mal interpretado”, sem especificar em qual ponto.

“A secretaria é a chefia política da segurança, então ele [Francischini] teria que fazer o meio de campo entre o governo e a polícia, planejar a política de segurança e fazer com que se cumpra isso”, afirma Guaracy Mingardi, analista criminal e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “[Francischini] não pode dizer ‘a culpa não é minha’. Se ele é chefe, tem que saber o que está acontecendo e tentar evitar”, diz Mingardi. “Pode ser que ele tente [evitar] e não consiga, mas daí teria que botar a boca no trombone antes do desastre acontecer.”

A atitude do secretário de culpar a PM pela ação policial desproporcional do dia 29 deixou um mal-estar generalizado na corporação. O coronel César Kogut, comandante-geral da PM, chegou a deixar o cargo à disposição. Em três notas, a PM repudiou veementemente a postura de Francischini, sinalizando o clima tenso entre o comando e a secretaria.

A rixa entre PM e a secretaria poderia ser contornável, na visão de Mingardi. “Mas, nesse caso em específico do Paraná, como ficou muito mal para a polícia, teve muita repercussão, ficar jogando a culpa para o outro pode complicar mais ainda.”

Para Algacir Mikalovski, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e Privada da Universidade Tuiuti do Paraná, o secretário precisaria ter “apoio irrestrito” das forças policiais para conseguir trabalhar. “Não podemos ter um descompasso entre a secretaria e as polícias. É importante até para a contenção da criminalidade”, afirma. (AA)

‘Bomba’ de ‘radicais’ na verdade era solução para atenuar efeitos do gás da PM

¶ O Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina (UEL) decidiu avaliar se vai entrar com alguma medida administrativa ou judicial contra o secretário estadual da Segurança Pública, Fernando Francischini. A decisão foi tomada após o secretário ter exibido imagens, na terça-feira (5), de supostos integrantes de grupos radicais preparando o que seriam bombas caseiras durante a manifestação de professores no Centro Cívico, no último dia 29. Segundo a UEL, as imagens na verdade mostram estudantes de Enfermagem da universidade preparando uma solução para atenuar os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela Polícia Militar contra os manifestantes. As informações foram divulgadas nesta quarta-feira (6) pelo telejornal Paraná TV 1ª edição, da RPC.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Bancada da bala defende governador

Na falta de representantes do primeiro escalão, a cúpula do PSDB no Senado e representantes da Bancada da Bala, que se dedica a temas de segurança pública no Congresso, fizeram a defesa política do governo Beto Richa (PSDB). Adversários de Richa na eleição de 2014, os senadores Gleisi Hoffmann e Roberto Requião (PMDB) comandaram as críticas ao tucano.

“Havia meios para os sindicatos recorrerem ao próprio Judiciário. Democracia tem que ser exercida pelas vias democráticas”, disse o senador Aloysio Nunes (PSDB), vice na chapa de Aécio Neves para a Presidência da República, em 2014. “Não vejo nenhuma irregularidade praticada pelo governo Beto Richa. Não se está discutindo roubalheira na Paraná previdência, mas remanejamento de recursos”, afirmou Cassio Cunha Lima, líder do PSDB no Senado.

Da Bancada da Bala, compareceram à reunião os deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ), Major Olímpio (PDT), Alberto Fraga (DEM), Capitão Augusto (PR-SP) e Delegado Waldir (PSDB). Assim como eles, o secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini, quando exercia mandato deputado federal, era do “núcleo duro” da Frente Parlamentar de Segurança Pública. “Em todos os lugares do mundo onde houver confrontação vai haver lesões. Com uma caneta é possível torturar até a morte”, disse Major Olímpio, em defesa da ação da PM no Centro Cívico.

Requião ironizou os excessos que foram cometidos contra os manifestantes. “Se você passar agora no paiol de munição da Polícia Militar do Paraná, vai ver que está tudo vazio. Foi tudo gasto no Centro Cívico.”

Gleisi disse que é preciso buscar a responsabilização de Richa. “O governo quebrou o Paraná e não teve competência para debater com os funcionários públicos. É preciso lutar para impedir a repetição de imagens que só envergonham a história do Paraná.”

O presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Paulo Paim (PT-RS) criticou a postura de Richa de não ter enviado pelo menos um secretário de estado para a audiência. “Mostra a forma como a gestão está encarando um tema dessa gravidade.” (AG)

Seria Richa uma centopeia?

Insondáveis razões levaram nesta quarta-feira (6) o governador Beto Richa a manter no cargo o secretário da Segurança, Fernando Francischini, apontado como principal responsável pela carnificina de 29 de abril no Centro Cívico. Até o meio-dia, dava-se como certa a sua demissão, mas Francischini dirigiu-se ao bunker do Chapéu Pensador, onde Richa se esconde, para fazer um apelo dramático: se fosse demitido, sua carreira política estaria destruída.

Não foram encontradas testemunhas que pudessem confirmar terem sido essas mesmo as razões que teriam feito Richa se compadecer do secretário-problema. Mas é no mínimo estranho que, para salvar a carreira de Francischini, o governador tenha optado pelo próprio suicídio político. Donde se conclui, considerando-se o elevado QI de Richa, que outras causas o tenham convencido a se imolar no precipício para salvar o histriônico auxiliar.

Pouco depois, porém, Beto Richa viu cair sobre sua mesa duas cartas de repúdio elaboradas na caserna — coisa absolutamente inédita e proibida pelos regulamentos da disciplina militar. Na primeira, o comandante da Polícia Militar, coronel César Kogut, protestava contra a covardia do secretário de tirar o corpo fora de qualquer responsabilidade pelo massacre, jogando-a exclusivamente nas costas da PM. A segunda carta, subscrita por 14 dos 19 coronéis da corporação, não só prestava apoio a Kogut como também informava que, tanto no planejamento da operação quanto durante a refrega (que durou mais de três horas), Francischini deu direta aprovação e orientação. Portanto, teriam sido mentirosas as desculpas que deu em entrevista à imprensa na última segunda-feira (4).

Tirar o corpo fora, aliás, é uma especialidade do secretário, como documentam os inúmeros vídeos que o mostram, em desespero, tentando se desvencilhar do agarrão que lhe

deu o roliço professor que pretendia impedi-lo de abrir a porta do camburão para que os deputados desembarcassem naquele 12 de fevereiro. Aliás, correu para se esconder atrás da tropa, de modo não figurativo. Assim, não foi surpresa que, após a tragédia de 29 de abril, tenha adotado a mesma prática de fuga.

Mais estranhável — porém não surpreendente — foi a atitude do governador de manter Francischini na secretaria. Não é concebível que permaneça no posto alguém que perdeu a confiança, o respeito e a credibilidade perante os mais altos escalões da Polícia Militar, corporação que, pela cadeia hierárquica de comando, deve obediência ao secretário da Segurança. Ou será que Richa pensa em mandar para casa a elite do oficialato da corporação?

A condenação aos fatos ocorridos no Paraná foi ampla, geral e irrestrita, como se viu na manhã desta quarta quando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Senado Federal ouviu parlamentares de vários estados e depoimentos emocionados de algumas das vítimas do massacre.

A importância que Richa deu à reunião teve a mesma dimensão do funcionário de oitavo escalão que mandou para representá-lo.

CONTINUA

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A manutenção de Francischini vai até mesmo contra o pragmatismo político que Richa sempre demonstrou. Ao longo da carreira, seu objetivo sempre foi o de ganhar a próxima eleição e fez dos cálculos pragmáticos a sua principal arma.

Foi esse mesmo pragmatismo que o levou a escolher para seu secretário um deputado integrante da "bancada da bala". Com isso, acreditou atender certos segmentos da sociedade que consideraram equivocadamente a violência policial remédio bom para combater a criminalidade. Foi aplaudido.

Só não foi aplaudido por experientes profissionais militares que logo perceberam que, ao chamar Francischini para a Segurança, Richa iria se arrepender no curto prazo. Nesse sentido, foi alertado pela Associação dos Militares da Ativa e Inativos do Paraná (Amai), preocupada com a "cultura da violência" que começava a dar os primeiros sinais em janeiro. A profecia da Amai foi confirmada quatro meses depois.

Nesta quarta, outra entidade, a recém-criada Associação dos Oficiais Militares e Bombeiros (Assofe-par), também se manifestou publicamente na mesma linha de repúdio ao secretário e às ações do governo, incluindo uma condenação à lei que mudou a Parana Previdência. O documento termina assim: "Superior não é proprietário, subordinado não é escravo e obediência não se confunde com subserviência". Diga-se de passagem: nunca antes na história oficiais da ativa da PM se rebelaram contra seus superiores!

A descrição de tantos fatos assombrosos faz com que se imagine ser o governador uma centopeia dada a enorme quantidade de tiros que tem disparado contra os próprios pés.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Reforma na previdência segue na pauta

Katna Baran

! A Assembleia Legislativa do Paraná viveu nesta quarta-feira (6) mais um dia de repercussão do confronto entre a Polícia Militar (PM) e manifestantes contrários ao projeto de reforma da Paranaprevidência, na semana passada, que resultou em aproximadamente 200 feridos no Centro Cívico. A tribuna foi praticamente dominada por embates entre oposição e defensores do governo.

As discussões giraram em torno, principalmente, da nota emitida por coronéis da PM, que repudiaram as declarações do secretário de Segurança, Fernando Francischini, sobre o confronto. Na carta, dirigida ao governador Beto Richa (PSDB), os coronéis enfatizam que o secretário deve assumir parte da responsabilidade sobre a confusão. “A polícia foi apenas uma ferramenta usada de forma política pelo atual governo”, declarou Requião Filho (PMDB).

Líder do governo, o deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB) repudiou as afirmações do companheiro de partido. À imprensa, o parlamentar disse apenas que “está criado um impasse” entre a PM e o secretário. “É uma situação inusitada mesmo, uma situação complexa. De fato, o governador vai ter que tomar decisões em relação a essa questão”, declarou. Romanelli ressaltou ainda que o Ministério Público (MP) está investigando os fatos.

Sobre os questionamentos de constitucionalidade da lei, já sancionada pelo governador, Romanelli disse entender que a proposta é legal, mas que cabe aos outros poderes “cumprir o seu papel” de verificar a matéria. Na terça-feira, o procurador Gabriel Guy Leger, do Ministério Público de Contas, afirmou que a mudança proposta pelo governo altera o equilíbrio atuarial e financeiro da previdência, contrariando a Constituição Federal.

A mudança de secretários do governo Richa também agitou a Casa. Enquanto o deputado Requião Filho afirmou que a saída de Fernando Xavier Ferreira da pasta da Educação foi uma tentativa de “tapar o sol com a peneira”, Romanelli e Traiano se preocuparam em destacar as qualidades da nova secretária, a professora Ana Seres Trento Comin. “Ela vai construir uma boa relação com os professores”, disse o presidente da Casa.

é condenado por “lavar” R\$ 1,1 mi do mensalão

Doleiro atuava em nome do ex-deputado José Janene, morto em 2010. Acordo de delação premiada reduzirá a pena de cinco para três anos

Kelli Kadanus

O juiz federal Sergio Moro condenou nesta quarta-feira (6) o doleiro Alberto Youssef e mais três réus por lavagem de dinheiro do ex-deputado federal José Janene (morto em 2010). O dinheiro, de acordo com as investigações, teria sido desviado no esquema do mensalão. Youssef foi condenado pela lavagem de R\$ 1,1 milhão. Se não tivesse feito acordo de delação premiada, o doleiro teria sido punido com cinco anos em regime fechado, mas segundo o acordo de colaboração, deverá permanecer apenas três anos preso.

O doleiro Carlos Habib Chater, dono do Posto da Torre, em Brasília, que deu origem às investigações da Lava Jato, foi condenado a 4 anos e nove meses de prisão em regime fechado pela lavagem de R\$ 461 mil.

Já o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa e o laranja de Chater, Ediel Viana da Silva, foram condenados, mas tiveram as penas substituídas por serviços à comunidade e multa. Eles foram responsáveis pe-

la lavagem de, respectivamente, R\$ 748 mil e R\$ 130 mil. Costa foi condenado a dois anos e oito meses, e Viana a três anos. “A pena de prestação de serviços à comunidade deverá ser cumprida, junto à entidade assistencial ou pública, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, ou de sete horas por semana, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado, e durante o período da pena substituída”, diz o despacho de Moro.

Quarta sentença

Essa é a quarta sentença da Operação Lava Jato proferida por Moro. Na primeira decisão, o juiz absolveu Youssef no processo que tratava dos crimes de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. A segunda sentença condenou a doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão.

Na terceira sentença, Youssef e outros cinco réus foram condenados por envolvimento no esquema de desvio de dinheiro das obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Outra ação penal referente a operação foi suspensa em setembro. O processo contra Carlos Alexandre de Souza Rocha, acusado de operar uma instituição financeira informal, sem a autorização do Banco Central, foi suspenso sob uma série de condições impostas pela Justiça Federal. Caso cum-

pra os requisitos e não seja processado por outro crime no prazo de dois anos, a Justiça Federal vai declarar extinta a punibilidade no caso, ou seja, o processo chega ao fim.

Outras 13 ações penais referentes à Lava Jato ainda estão em andamento na Justiça Federal do Paraná. Elas tratam de denúncias contra mais três núcleos de doleiros: o de Carlos Habib Chater, que deu origem às investigações, o de Raul Henrique Srouf e o de Alberto Youssef. Outras ações penais são referentes à participação dos executivos de grandes empreiteiras no esquema.

Outrolado

O advogado de Youssef, Antônio Figueiredo Basto, não quis comentar o assunto por ainda não ter analisado a sentença.

O advogado de Ediel Viana da Silva, Ricardo Pereira da Silva, disse que a dosimetria da pena foi justa. “Ressaltamos que o único fato que nos deixa frustrados junto aos ilustres membros do Ministério Público Federal foi a falta de um requerimento pelo fechamento do Posto da Torre em Brasília, pois o posto continua em funcionamento, com a irmã do sr. Carlos Habib Chater, a senhora Kátia, que continua a operar o posto, com os recursos do seu marido o doleiro Kaled, que atua no mercado negro de câmbio em Brasília”, diz um trecho da nota enviada pelo advogado.

Os advogados dos demais réus não retornaram aos pedidos de entrevista da reportagem da **Gazeta do Povo**.

CONTINUA

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESQUEMA DO CASO MENSALÃO

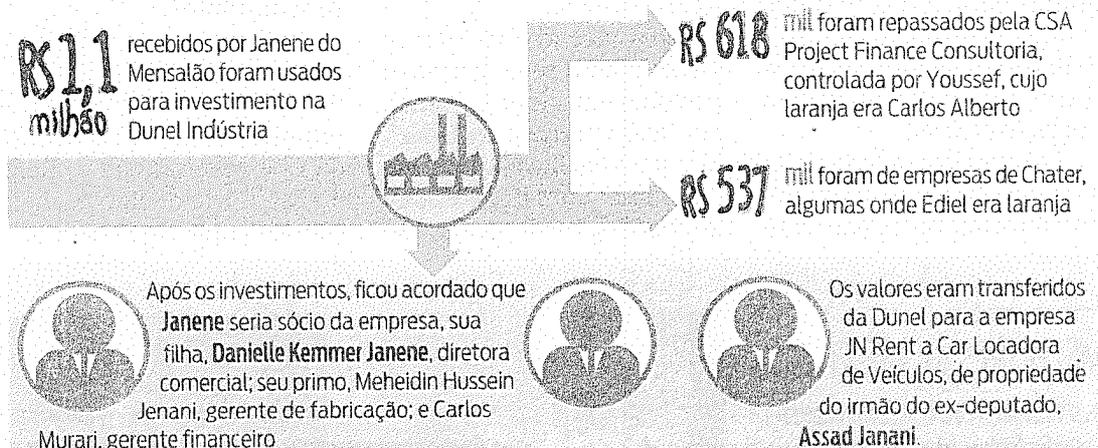
O caso foi deflagrado em 17 de março pela Polícia Federal.

Regime:  fechado  pena revertida

Réu	Envolvimento	Status	Sentença
 Alberto Youssef	Sócio do ex-deputado José Janene. Acusado de prestar serviços de dolagem a Janene. Em depoimento à Justiça Federal, Youssef confessou que cuidava do caixa do ex-deputado.	Preso 	3 anos
 Carlos Alberto Pereira da Costa	Sócio da CSA. Acusado de ser laranja de Youssef. Autor do memorando de entendimento para constituição de sociedade entre a CSA e a Dunel.	Solto 	2 anos e oito meses revertidos em serviços à comunidade e multa
 Carlos Habib Chater	Prestou serviços de dolagem a José Janene. Utilizava as contas bancárias das empresas Angel Serviços Terceirizados e Posto da Torre para fazer transitar recursos de origem ilícita.	Preso 	4 anos e nove meses
 Edlel Viana da Silva	Realizou operações financeiras para o esquema. É proprietário da Angel Serviços Terceirizados	Solto 	3 anos revertidos em serviços à comunidade e multa

ESQUEMA DO CASO MENSALÃO

O caso foi deflagrado em 17 de março pela Polícia Federal.



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Diligência é “desespero” do procurador, reage Cunha

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), reagiu à diligência solicitada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, relacionada ao inquérito da Lava Jato em que o deputado é alvo no Supremo Tribunal Federal (STF). O alvo foi o departamento de informática da Câmara. A Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou registros do sistema de informática da Casa relacionados a Cunha. Além de servidores da PGR, também participaram da diligência dois peritos de informática do órgão.

Eles estiveram na Câmara entre o fim da tarde de segunda-feira (4) e início da madrugada de terça (5). O resultado da foi encaminhado ainda na terça ao STF. “Não precisava ter feito nenhum tipo de procedimento. Bastava ter mandado ofício que estaria plenamente à disposição”, criticou Cunha nesta quarta-feira (6). “São circunstâncias que mostram o desespero do procurador de tentar alguma coisa que possa tentar me incriminar”, completou.

Como a *Folha de S. Paulo* revelou na semana passada, Cunha aparece como autor de dois requerimentos sob suspeita no esquema de corrupção da Petrobras. Ambos os documentos elaborados por Cunha pediam informações ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério de Minas e Energia sobre contratos da estatal com a empresa Mitsui.

Segundo o doleiro Alberto Youssef, os requerimentos tinham como objetivo intimidar a empresa e forçá-la a retomar o pagamento de propina. Para Cunha, a diligência na Casa foi resultado de uma “querela pessoal” de Janot.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

MP recorre contra mudança de acusação a suspeitos de matar cinegrafista

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) entrou com um recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e um outro recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão da 8ª Câmara Criminal do TJ-RJ, que retirou a acusação de homicídio doloso

triplamente qualificado que recaía em ação criminal contra Caio Silva de Souza e Fábio Raposo Barbosa – acusados de acender e atirar o rojão que matou o cinegrafista da TV Band Santiago Andrade, em 6 de fevereiro de 2014, durante um protesto no Rio. A mudança permitiu a soltura dos dois rapazes, que respondem em liberdade, monitorados por tornozeleiras eletrônicas. Até a tarde de quarta-feira (6), nem STJ nem o STF haviam recebido os recursos.

Pagodeiros são condenados a 11 anos por estupro de fãs

Os nove membros da banda de pagode New Hit e o segurança do grupo foram condenados a 11 anos e oito meses de prisão por estupro de duas adolescentes na cidade de Ruy Barbosa (a 321 km de Salvador) em 2012. A sentença foi proferida na quarta-feira (6) pela juíza da comarca de Ruy

Barbosa, Marcia Simões Costa. Cabe recurso. Os réus foram denunciados sob acusação de violentar duas fãs em agosto de 2012 após um show da banda numa micareta na cidade. As jovens, que tinham 16 anos na época, disseram à Justiça que foram ao ônibus da banda pedir autógrafos, mas acabaram sendo violentadas dentro do veículo. Laudos da perícia encontraram sêmen de pelo menos seis integrantes da banda nas roupas das jovens.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Presidente da Galvão Engenharia vai para prisão domiciliar

O presidente da Galvão Engenharia Dario de Queiroz Galvão Filho foi autorizado nesta quarta-feira (6) a cumprir prisão domiciliar, usando tornozeleira eletrônica. A decisão em caráter liminar é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo.

"Defiro parcialmente o pedido de liminar, para substituir a prisão preventiva de Dario de Queiroz Galvão Filho pelas mesmas medidas cautelares diversas da prisão aplicadas pela Segunda Turma deste Corte nos autos do HC 127186", diz um trecho da decisão de Zavascki.

O habeas corpus em questão é o que concedeu o benefício da prisão domiciliar aos executivos José Breghirolli, Agenor Franklin de Medeiros, Sérgio Cunha Mendes, Gerson Almada, Erton Medeiros da Fonseca, João Auler, José Aldemário Pinheiro Filho e Mateus Coutinho de Sá Oliveira na semana passada. Dario de Queiroz Galvão Filho estava preso desde o dia 27 de março, por ser investigado na Operação Lava Jato. Ele ocupava uma cela Complexo Médico Penal, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. (KK)

"Eu não chego a ser um garoto de Ipanema", diz Cerveró a Sergio Moro

O ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, preso preventivamente desde 14 de janeiro deste ano, disse ao juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato, que 'não é garoto de Ipanema'. Preso desde janeiro de 2015 por suspeita de ter recebido US\$ 30 milhões em propinas, Cerveró foi interrogado nesta terça-feira (5) na Justiça Federal em Curitiba. Cerveró é réu ao lado do advogado uruguaio Oscar Algorta e do lobista Fernando Antônio Falcão Soares, o Fernando Baiano — acusados por crime de lavagem de dinheiro envolvendo a compra do apartamento do ex-diretor da estatal no valor de R\$ 7,5 milhões, em 2009, localizado na praia de Ipanema, no Rio. "Depois de morar 45 anos em Ipanema, porque eu praticamente nasci e me criei em Ipanema. Eu não chego a ser um garoto de Ipanema, mas morei 45 anos em Ipanema."

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Julgada repercussão geral em usucapião de imóvel urbano

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados (geroldo@gahauer.com.br). Colaboração: Caian Espindola Elhabre, G.A.Hauer Advogados Associados

Há tempos é recorrente o ingresso de ações possessórias perante os juízos com o pedido de posse de determinados terrenos. E em cada caso específico devem ser analisados os requisitos um a um para verificar o direito da parte em usucapir ou não esse imóvel. Todavia, ressalta-se que em pouco tempo será julgada de forma definitiva a repercussão geral de usucapião especial urbano, o que, por sua vez, diminuirá o excesso dessas ações em trâmite no Poder Judiciário.

Em julgamento realizado em 29 de abril no Supremo Tribu-

nal Federal, foi dado provimento ao Recurso Extraordinário 422349, por maioria de votos para reconhecer o direito ao pedido de usucapião especial urbano, independentemente da limitação de área mínima para registro de imóveis imposta por lei municipal, uma vez preenchidos os requisitos do artigo 183 da Constituição Federal: "Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. § 2º – Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. § 3º – Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião".

Os ministros do STF reconheceram, no caso em discussão, a repercussão geral da matéria

e fixaram a tese de que, se os requisitos do artigo 183 da CF fossem preenchidos, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana não pode ser impedido por legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos da respectiva área em que situado o imóvel. O julgamento não foi unânime, pois ficou vencido o ministro Marco Aurélio, que apenas não reconheceu a repercussão geral da matéria.

De acordo com o contido nos autos, a ação de usucapião especial de imóvel urbano foi proposta perante a Justiça estadual no município de Caxias do Sul (RS). Na sentença, confirmada em segunda instância, o pedido foi negado exclusivamente porque a legislação municipal não permite o registro de imóveis com metragem inferior a 360 m².

No Plenário, o recurso foi provido para reformar o acórdão e conceder a usucapião com novo registro de propriedade do imóvel com a metragem de 225 m², desconsiderando, neste caso, a restrição imposta pela lei municipal.

O recurso ainda aguarda a publicação do acórdão, que pode ser recorrido. Todavia, o seu acesso pode ser feito em consulta pública no site do STF. Basta aguardar a publicação e verificar se o voto será confirmado.

07 MAI 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

PEC da Bengala 1

Com a aprovação da PEC da Bengala, podemos iniciar um movimento para que essa prerrogativa dos ministros seja estendida a todo funcionalismo da União, dos estados e dos municípios. Trata-se de uma medida que beneficia to-

dos aqueles que com 70 anos ou mais estão com suas faculdades físicas e mentais em dia e que têm muita experiência para compartilhar com os mais jovens.

Roni Antonio Garcia da Silva

PEC da Bengala 2

Com a PEC da Bengala, resolvem um problema, mas criaram outro. E quando outro governo assumir o poder? Quanto tempo vai demorar a renovação do Supremo Tribunal Federal? O tribunal tem hoje oito indicados por um mesmo grupo político. Até quando os políticos pensarão só no momento?

Carlos Hugo Winckler Godinho

Batalha no Centro Cívico

"Porta arrombada, tranca de ferro". Os antigos costumavam usar

essa frase quando se tomavam providências depois de resultados desastrosos da ação no Centro Cívico. Essas palavras pareciam ecoar nos meus ouvidos quando surgiu a notícia das normas baixadas pelo governo do estado do Paraná para o uso de armas não letais. Mais de duzentas pessoas foram feridas, em 29 de abril. A truculência acontecida em Curitiba chegou aos noticiários mais importantes do mundo e aí se pensou em disciplinar o uso dessas armas.

Clotilde de Lourdes Branco

Batalha no Centro Cívico

"Foi uma operação lamentável da PM no Centro Cívico. Mas qualquer um sabe que a polícia é uma instituição militar e hierárquica. Os policiais cumprem ordens do governador por meio do secretário de Segurança Pública. Se for responsabilizar alguém, no mínimo, essas pessoas devem ser Fernando Francischini e Beto Richa." Sanderson Fromohls, via Facebook, na matéria "Coronéis da PM mandam carta a Richa repudiando declarações de Francischini".

07 MAI 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

ABELARDO LUPION É O CABO-ELEITORAL CONSERVADOR DE FACHIN...



Abelardo Lupion, senador Ronaldo Caiado e Luiz Fachin

Se antes poderiam até ter estado em frentes de lutas diferentes, o ex-deputado federal Abelardo Lupion, hoje presidindo a COHAPAR, do Governo do Estado, agora se alinha – discretamente, é certo – entre os principais aliados, na parte das alas chamadas “conservadoras”, em defesa do nome de Luiz Fachin para que seja aprovado pelo Senado como ministro do STF.

A informação, aparentemente guarda duas surpresas: a primeira, o suposto distanciamento ideológico entre Fachin e Lupion; a segunda, o fato de Abelardo Lupion não mais ser deputado federal (DEM), o que, teoricamente, o deixaria

distante do centro das grandes discussões do parlamento.

Mas a verdade é esta mesmo: a grande madrinha de Fachin – além da presidente Dilma – é a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, cuja trajetória como líder ruralista e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, constitui um grande aval à “ortodoxia democrática de Fachin”, como dizia ontem à coluna, por telefone, de Brasília, um dos mais acatados conselheiros da senadora licenciada.

Pois é ela, Kátia, com toda sua autoridade de ruralista conservadora que está aparando eventuais arestas

na banca ruralista do Senado em favor de Fachin. Um dos nomes já por ela convertidos à causa do paranaense foi o senador Eunício Oliveira (PMDB/CE).

Seu alvo agora é ampliar o apoio de Abelardo Lupion, dono de “enorme capital político deixado nos meios legislativos em Brasília”, no trabalho de convencimento do nome de Fachin junto a um líder que, em princípio, reage muito ao jurista de Curitiba: o senador Caiado, de Goiás.

Mas o certo é que o apoio de Lupion “tem sido inestimável” junto a outros senadores, assegura a mesma fonte, muito confiante no trabalho de Kátia Abreu.

07 MAI 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro do STF concede prisão domiciliar a executivo da Galvão Engenharia

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem prisão domiciliar ao presidente do Conselho de Administração do Grupo Galvão, controlador da empreiteira Galvão Engenharia, Dario de Queiroz Galvão Filho, preso, em março, no Operação Lava Jato.

O ministro estendeu ao investigado habeas corpus concedido a outros executivos de empreiteiras soltos na semana passada.

Em troca da concessão do habeas corpus, foram estabelecidas medidas cautelares. Dario Galvão será monitorado por uma tornozeleira eletrônica, não poderá ter contato com outros investigados e deverá comparecer à Justiça a cada 15 dias. O executivo também está proibido de deixar o país e deverá entregar o passaporte.

Dario Galvão e outros executivos ligados à empreiteira Galvão Engenharia prestam depoimento esta tarde à Justiça Federal em Curitiba. Eles são acusados pelo Ministério Público Federal (MPF) de pagar propina para obter contratos com a Petrobras.

No dia 28 de abril, por 3 votos a 2, a Segunda Turma do Supremo entendeu que, mesmo diante da gravidade dos crimes praticados, a prisão preventiva não pode ser aplicada como sentença antecipada.

Com a decisão, foram soltos os executivos da OAS José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin, Mateus Coutinho e José Aldemário Filho, além de Sérgio Mendes (Mendes Júnior), Gerson Almada (Engevix), Erton Medeiros (Galvão Engenharia) e João Ricardo Auler (Camargo Corrêa), e Ricardo Pessoa, da UTC.

07 MAI 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP recorre contra liberdade de acusados da morte de cinegrafista

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão da 8ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro, que, no dia 18 de março, libertou os ativistas Caio Silva de Souza e Fábio Raposo Barbosa.

Eles são acusados de atirar o rojão que, em 6 de fevereiro de 2014, provocou a morte do cinegrafista Santiago Ilídio de Andrade, da Rede Bandeirantes. Santiago fazia a cobertura de protesto na Central do Brasil, quando foi atingido na cabeça pelo rojão. Ele morreu quatro dias depois.

De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, no mesmo recurso o Ministério Público informou que o acórdão retirou dos jurados a competência para julgar crimes dolosos contra a vida.

No recurso extraordinário encaminhado ao STF, o Ministério Público avaliou que houve violação ao artigo 5º da Constituição Federal, “uma vez que somente os jurados poderiam decidir se o evento criminoso caracteriza ou não crime doloso contra a vida, não cabendo ao juiz togado, nessa matéria, fazer avaliação aprofundada das circunstâncias envolvidas”.

Embora a acusação de crime doloso tenha sido desclassificada pela 8ª Câmara Criminal, foi mantida a acusação de explosão seguida de morte. Souza e Raposo aguardam o julgamento em liberdade.

O advogado de Caio de Souza, Antônio Pedro Melchior, esclareceu que faz parte do jogo democrático o MP-RJ recorrer de decisões judiciais. Segundo ele, “diante dos fundamentos sólidos da 8ª Câmara”, a decisão será mantida pelos tribunais superiores”. Para Melchior, a decisão foi baseada em provas produzidas no processo, legítima e justa, não havendo razão para ser modificada”.

07 MAI 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto da Copel reduz consumo de energia do TRE em 20%

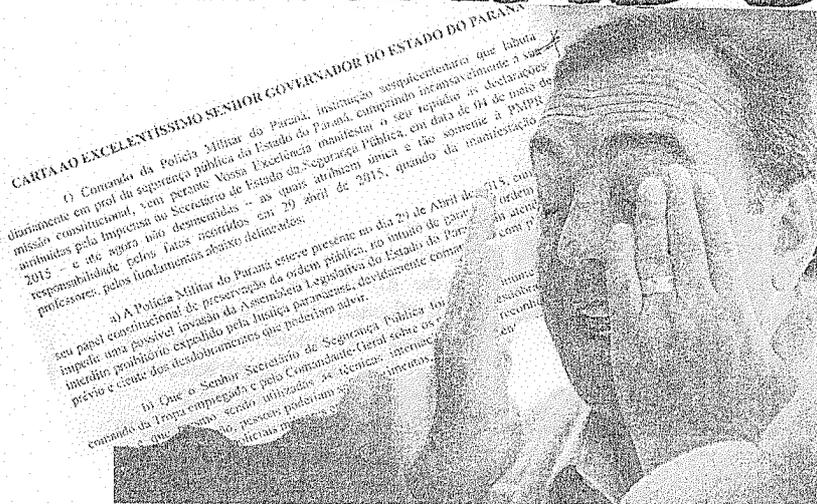
A substituição de lâmpadas e aparelhos de ar-condicionado por equipamentos eficientes contribuiu para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) economizar R\$ 185 mil nos últimos dois anos e reduzir em cerca de 20% o consumo de energia da instituição. A economia foi resultado do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Copel, que aplicou R\$ 1,1 milhão para tornar mais eficiente o uso da energia nas sedes do TRE em 41 cidades paranaenses. Ao todo, foram substituídos 922 pontos de iluminação, com instalação de lâmpadas compactas fluorescentes e 258 aparelhos de ar-condicionado. Além disso, foram instaladas 82 cortinas de ar, que evitam a saída do ar climatizado do ambiente.

Com essas medidas, os 41 fóruns eleitorais contemplados pelo projeto economizaram 253,2 mil kWh (quilowatts-hora) em 2013, na comparação com 2012. A redução representa economia de 23,76% em relação a 2012, quando se consumiu 1 milhão de kWh. Em 2014, quando as atividades se intensificaram devido ao ano eleitoral, a redução foi de 16,21% em relação a 2012.

No biênio, o TRE conseguiu economizar 425,8 mil kWh, o equivalente ao consumo mensal de 2,4 mil residências.

07 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ PERDEU O COMANDO



Carta assinada por 16 coronéis diz que secretário planejou repressão.

PM se revolta com Francischini, e Beto Richa pode demitir secretário

Leilane Benetta
leilaneb@tribunadoparana.com.br

O secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, pediu um voto de confiança ao governador Beto Richa, mas parece não ter conseguido. Pressionado por decisões mais enérgicas e sabendo da crise do secretário com a Polícia Militar, Richa pode demiti-lo ainda hoje. A mudança representaria um novo passo na tentativa de superar o impasse com os professores.

Em carta enviada ao governador, coronéis da Polícia Militar repudiam as recentes declarações do secretário, que atribuiu ao comando da corporação a responsabilidade pelos atos dos policiais na manifestação dos professores na semana passada. O documen-

to simboliza o descontentamento geral da categoria com o titular da pasta.

Na carta, os oficiais dizem que “não se pode admitir” que seja atribuída à corporação a pecha de irresponsável ou leviana, por não ter planejado a ação ou sido negligente. “Todas as ações foram tomadas seguindo o plano de operações elaborado, o qual foi aprovado pelo escalão superior da SESP, tendo inclusive o Senhor Secretário participado de diversas fases do planejamento...”. O documento foi assinado pelo comandante-geral da PM, Cesar Vinicius Kogut, e por 16 dos 19 coronéis da ativa.

EGOCÊNTRICO

O presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (Amai), coronel Eliozeo Ferraz Furquim, informou que a entidade deve notificar judicialmente o secretário para que ele seja responsabilizado. “Ou ele não o fez e deveria ter feito, ou está negando que fez. Que a polícia pague por ser obediente demais, a gente aceita. Mas ele é o responsá-

vel pela PM”, disse. “O Francischini é um egocêntrico. Se deu certo foi ele, se não deu, não foi. E ele é um indutor da violência, pela forma como se dirige”, afirmou.

Para o coronel, a imagem da corporação foi “machucada” pela manifestação. No entanto, ele defendeu os policiais e explicou que, ao atender ocorrências do dia-a-dia, eles utilizam o bom senso e treinamento pessoal. No caso da manifestação, quando estavam “em forma”, segundo ele, os policiais perdem a personalidade e atendem somente ao comando do chefe. “Eles levam esses dois homens dentro deles”, disse.

07 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

Doleiro pega mais 5 anos

AE - Curitiba

O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, condenou o doleiro Alberto Youssef a cinco anos de prisão pela lavagem de R\$ 1,16 milhão do esquema do mensalão. Na nova sentença contra o doleiro, já condenado em outra ação da Lava Jato, o magistrado determinou ainda o confisco de R\$ 1,16 milhão que Youssef aceitou devolver aos cofres públicos em seu acordo de delação.

Também foram condenados por terem atuado junto com Youssef na lavagem do dinheiro o também doleiro Carlos Habib Chater (quatro anos e nove

meses de prisão), dono do Posto da Torre, em Brasília, onde possui uma lavanderia que inspirou o nome da operação Lava Jato; o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, que atuava como procurador de Youssef e decidiu confessar seus crimes à Justiça, tendo sua pena reduzida à prestação de serviços comunitários; e Ediel Viana da Silva, que trabalhava no Posto da Torre e que também confessou seus crimes e foi condenado à prestação de serviços comunitários.

Nesta ação, a Procuradoria da República atribuiu a Youssef e aos outros acusados a lavagem de pelo menos R\$ 1,16 milhão de um total de R\$ 4,1 milhões

repassados pelo empresário Marcos Valério, operador do mensalão, ao então deputado federal José Janene (PR), líder do PP na Câmara na época do escândalo que abalou o governo Lula - Janene morreu em 2010.

Sérgio Moro, contudo, absolveu Youssef, Carlos Alberto Pereira da Costa, Carlos Habib Chater e Ediel Viana da Silva do crime de formação de quadrilha, por entender que os doleiros lideravam grupos diferentes. Youssef e Carlos Costa também foram absolvidos dos crimes de apropriação indébita e estelionato, pois o próprio Ministério Público Federal entendeu que não havia prova contra eles destes crimes.

MENSALÃO

A extradição de Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil condenado por envolvimento no mensalão, fica adiada para junho. Ontem, seus advogados entraram com um pedido de liminar para impedir sua extradição da Itália para o Brasil. Uma audiência foi marcada para junho. A medida frustra os planos do Brasil, que eram de extraditá-lo a partir de 11 de maio. Há duas semanas, o governo italiano deu o sinal verde para a extradição, o que abriu a possibilidade para que a transferência ocorresse a partir do dia 11 de maio. Com o recurso, porém, a defesa acredita que todo o processo está adiado.

07 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Debate no Senado condena violência policial no Paraná

Comissão ouviu vítimas dos confrontos de 29 de abril

Agência Senado



Indignação, tristeza e revolta foram sentimentos que permearam as apresentações de professores e sindicalistas do setor de Educação do Paraná, presentes à audiência pública desta quarta-feira (6) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que discutiu a violência policial contra servidores do governo do estado no último dia 29, em Curitiba.

Naquele dia, os docentes participavam de manifestação que reuniu mais de 20 mil servidores estaduais em Curitiba, na praça em frente à Assembleia Legislativa do estado, e foram reprimidos com violência pelas forças policiais do governo estadual. Os senadores pelo Paraná Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffman (PT) presenciaram o confronto e foram enfáticos ao relatar a brutalidade da ação policial, que deixou mais de 200 manifestantes e 20 policiais feridos. ■



O cinegrafista mordido por um cão fez relato emotivo

06 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CNJ manda TJ baiano deslocar servidores

**Intuito é atenuar falta de
pessoal na 1ª instância**

A ministra Nancy Andrichi, Corregedora Nacional de Justiça, decretou intervenção no Tribunal de Justiça da Bahia para compensar a diferença entre o número de servidores à disposição dos gabinetes dos desembargadores e a carência de pessoal nas varas.

A medida põe em prática, pela primeira vez, a diretriz anunciada pelo CNJ de valorizar a atuação da primeira instância da magistratura.

Portaria assinada na segunda (4) por Andrichi estabelece regime especial de trabalho na comarca de Salvador no período de 1º de junho a 10 de dezembro deste ano.

Foi determinado ainda o deslocamento temporário de cinco servidores de cada gabinete de desembargador para prestar serviços no primeiro grau de jurisdição.

A corregedora nacional estabeleceu ainda o deslocamento temporário de 20% dos servidores em exercício na secretaria do tribunal, na vice-presidência e na corregedoria-geral do TJ baiano. A indicação caberá ao presidente, ao vice e ao corregedor-geral do tribunal.

A corregedoria-geral do TJ baiano deverá, no prazo de até cinco dias úteis, fazer o plano de distribuição dos servidores no primeiro grau de jurisdição.

Entre os motivos alegados para a medida, a portaria menciona "o rendimento positivo do 2º grau do Tribunal de Justiça da Bahia", que está com o serviço atualizado, podendo "colaborar com o esforço de priorização do primeiro grau". (FRED VASCONCELOS)

06 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO Há precedente



A Constituição Federal define o procedimento para o preenchimento das vagas do Supremo Tribunal Federal (STF) – o presidente da República indica um nome e o Senado Federal o sabatina, aprovando-o ou reprovando-o.

No entanto, seria um enorme empobrecimento institucional ver esse processo apenas como um simples procedimento ou um mero jogo de forças políticas. A composição do STF é tão decisiva num Estado Democrático de Direito que a Constituição definê não apenas o procedimento, mas os requisitos pessoais para o cargo.

Tais requisitos são conhecidos: notório saber jurídico e reputação ilibada. Eles não são apenas fórmulas bonitas – expressam as qualidades que a sociedade espera ver em quem ocupará uma cadeira na Corte Constitucional. Preencher tais requisitos não é mera formalidade – é o caminho para que o STF tenha plena legitimidade para decidir com isenção, muitas vezes de forma contrária à opinião pública.

Afinal, o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição. Ele é a expressão concreta de que uma democracia é mais do que mera maioria – é respeito pelos direitos e garantias fundamentais.

No entanto, isso que pode parecer óbvio é muitas vezes esquecido, ou até mesmo ridicularizado, como se a sabatina no Senado Federal fosse para inglês ver. Não é. Não deve ser.

Nesse sentido, vale recordar a atuação valente do PMDB que, em pleno regime militar, votou contra Alfredo Buzaid, nome indicado pelo então presidente João Baptista Figueiredo. Buzaid tinha notório saber jurídico. Mais do que isso, era uma sumidade em diversas áreas do Direito.

O senador Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, liderou a oposição ao nome de Buzaid e, no dia 17 de março de 1982, fez um histórico discurso, no qual diferenciava os dois

conceitos e mostrava que, ainda que o candidato tivesse notório saber jurídico, sua atuação como ministro da Justiça durante o governo Médici era a negação da segunda qualidade exigida.

“O professor Alfredo Buzaid é, fora de dúvida, um dos primeiros processualistas em nosso país, de todos os tempos. É, realmente, um mestre na disciplina que leciona, Direito Processual Civil. Digo mais: o professor Alfredo Buzaid não é apenas um grande processualista, é homem de vasto preparo jurídico, de variada ilustração. O requisito constitucional do notável saber jurídico, este, o professor Alfredo Buzaid preenche sem sombra de dúvida”, discursou Brossard no Senado.

Mas o discurso continuava: “O outro requisito exigido é o da ilibada reputação. (...) Sabe-se o que não é reputação ilibada, sabe-se o que é reputação ilibada, mas é de definição difícil, porque é um conceito muito amplo, muito vasto. A proibidade se insere no conceito de reputação ilibada? Fora de dúvida. Mas eu perguntaria: basta a proibidade pessoal, a proibidade profissional? E eu responderia, tranquilamente, que não; a proibidade é parte integrante, mas não esgota o conteúdo do conceito de reputação ilibada. Não seria correto se dissesse conhecer ato da vida privada ou da vida profissional do professor Buzaid que comprometesse sua reputação. (...) Eu não posso ocultar, depois de ter dito o que disse, que o professor Buzaid foi ministro da Justiça e, lastimavelmente, segundo meu critério, foi um mau ministro. Tanto mais grave quando era um homem com a ilustração que tem e com as responsabilidades intelectuais que possui”.

Nas próximas semanas, o Senado Federal irá sabatinar Luiz Edson Fachin, professor titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, com ampla e conhecida produção acadêmica. Não se discute o seu saber jurídico. No entanto, infelizmente, sua atuação simultânea como procurador do Estado e advogado – o que é vedado pela legislação do Estado do Paraná – nega-lhe a segunda qualidade exigida.

E, se o Senado está avaliando quem irá interpretar a Constituição, é no mínimo prudente que o faça segundo os critérios que a Constituição Federal estabelece – e lá está expresso que não basta o notório saber jurídico.

nem demônios

Há muito se discute a questão da maioridade penal no Brasil. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita na Câmara dos Deputados é de 1993. Entretanto, o debate ainda carece de dados empíricos e de considerações racionais. Sobressaem visões de mundo distorcidas pela mioopia ideológica. Parece que estamos diante de um cabo de guerra. De um lado, progressistas defendem a inimputabilidade dos menores infratores sob o argumento de que estes são frutos da pobreza e da desigualdade social, não tiveram liberdade de escolha; de outro, conservadores apregoam que delinquentes juvenis devem ser punidos como adultos na medida em que, conscientemente, deram vazão a seus maus instintos, rompendo com as normas que regem o convívio social.

Diferentemente do que supõem uns e outros, no âmbito da delinquência juvenil, tanto os crimes justificáveis pela miséria, como o furto, quanto os que revelam perversão, como o latrocínio e o estupro, constituem exceção. Com efeito, segundo o último levantamento da Coordenadoria-geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dos 20.532 infratores que em 30 de novembro de 2012 estavam internados ou em semiliberdade nas 452 unidades espalhadas pelo País, 4,24% haviam cometido furto, 2,19% latrocínio e 1,45% estupro. Os crimes mais comuns entre eles eram roubo (38,70%), tráfico de drogas (27,05%) e homicídio (9,03%).

Meios empregados para dissuadir e ressocializar os menores infratores não têm tido bom êxito

A grande questão a ser enfrentada no debate sobre a maioridade penal é: isentar os menores de 18 anos das penas criminais, presumindo-os, sem margem a prova em contrário, incapazes de discernir e de governar a própria conduta, e remetê-los a um sistema socioeducativo em que a medida mais drástica consiste na internação em estabelecimento educacional por, no máximo, três anos, tem se mostrado eficiente para prevenir e remediar a delinquência juvenil?

As estatísticas mostram que cada vez mais adolescentes enveredam pelos descaminhos do crime. No Estado de São Paulo, por exemplo, entre 2013 e 2014 o número de menores flagrados delinquindo aumentou 12,33%, enquanto o de adultos diminuiu 4,28%, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública.

De acordo com levantamentos do Sinase, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público, em 1996 existiam no Brasil 4.245 infratores internados ou em semiliberdade; hoje há por volta de 22 mil. Ou seja, nos últimos 19 anos essa população aumentou em torno de 500%, percentual superior ao do crescimento que teve a população carcerária nos últimos 20 anos, estimado em 400%.

Dir-se-á que tal recrudescimento é corolário da injustiça social. É bem verdade que ainda há muito a ser feito. Acontece que, segundo o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), de 2014, o Brasil melhorou seus indicadores sociais, como expectativa de vi-

da, escolaridade média, renda *per capita*, etc. Entre os países da América Latina e do Caribe, foi o país que mais aumentou seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), hoje no patamar de Alto Desenvolvimento Humano. Esses avanços, porém, não foram capazes de conter a escalada da criminalidade. O Brasil continua sendo um dos países mais inseguros e violentos do mundo.

Por outro lado, os meios empregados para dissuadir e ressocializar os menores infratores não têm tido bom êxito. Embora não exista uma taxa oficial de reincidência, estima-se que a maioria dos adolescentes volta a delinquir depois de sofrer uma medida socioeducativa.

Entre julho de 2010 e outubro de 2011, analisando 14.613 processos de adolescentes internados por todo o País, número correspondente a 83,49% do total (17.502), o CNJ constatou que pelo menos 54% desses internos eram reincidentes. Além disso, entrevistando cerca de 10% deles (1.898), apurou que grande parte (43,3%) estivera internada anteriormente. E mais: que, nesse grupo (dos internados pela segunda, pela terceira vez), os percentuais de homicídio e de latrocínio eram significativamente maiores do que os verificados entre estreantes na internação.

Esse estudo do CNJ descortinou, pois, um cenário nada animador. Embora o sistema socioeducativo tenha dado um salto de qualidade na última década (quem não se lembra das mazelas da antiga Febem?), ainda não apresentou resultados satisfatórios na ressocialização dos menores infratores, em especial dos maiores de 16 anos, que, conforme o último levantamento do Sinase, correspondiam a 78% dos infratores internados e em semiliberdade.

CONTINUA

06 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Bem ou mal, o adolescente privado da liberdade conta com assistência à saúde, psicológica, social e jurídica, com ensinos escolar e profissionalizante, com atividades esportivas, culturais e recreativas, etc. Daí custar aos cofres públicos, em média, cinco, seis vezes mais que um adulto preso, que, em geral, não dispõe dos mesmos direitos, apesar do disposto na Lei de Execução Penal. Não obstante, as estimativas de reincidência dos delinquentes juvenis não se distanciam muito das dos adultos, que giram em torno de 70%.

Nesse contexto, a discussão sobre a maioridade penal vem a calhar. Efetivamente, é preciso apurar se os adolescentes estão, cada vez mais, ingressando no mundo do crime e relutando em sair dele, como demonstram as estatísticas, por falta de oportunidades, pela deficiência do sistema socioeducativo, porque o preço que devem pagar por suas infrações é baixo se comparado aos benefícios que podem retirar delas ou pela combinação desses fatores. Todavia, se quisermos chegar a conclusões sólidas, urge que o debate se dê em termos racionais, baseado em evidências que permitam discriminar os argumentos válidos e os falaciosos, e não no paternalismo piegas ou no discurso do ódio, que, infelizmente, têm dominado a cena.



PROMOTOR DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO